

OS NOVOS CONTEÚDOS DA REGIONALIZAÇÃO: LUGARES MODERNIZADOS E LUGARES LETÁRGICOS NO PLANALTO NORDPATAGÓNICO ARGENTINO

MARIA LAURA SILVEIRA ⁽¹⁾

INTRODUÇÃO

Pretendemos aqui refletir sobre os conteúdos da modernização e da regionalização num subespaço do planalto nordpatagónico da República Argentina, denominado Região Sul (Província de Rio Negro). Trata-se de uma vasta área de criação extensiva de gado ovino, cuja ocupação visou ampliar o mapa das produções do país. Criaram-se sistemas de objetos para a produção desejada e para assegurar sua exportação, ao mesmo tempo em que se recusava a possibilidade da instalação de indústrias locais.

Hoje, a característica aparentemente dominante desse subespaço é a falta de estruturação regional e a letargia dos objetos e das organizações. Mas, realmente o arranjo territorial do planalto nordpatagónico permanece hostil à chegada das inovações técnicas e organizacionais? E, por outro lado, carece esse subespaço de uma estrutura regional?

(1) Professora Assistente na Universidad Nacional del Comahue (Neuquén, Argentina), Doutoranda na Universidade de São Paulo (Brasil). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Av. Prof. Lineu Prestes, 338. 05508-900, São Paulo, Brasil; Fax: (55) 11 818 31 59.

A partir de meados do século passado, a República Argentina passa a integrar o grupo dos grandes países produtores de trigo, carnes e lã, isto é, dos bens altamente valorizados numa estrutura produtiva mundial ainda não muito diversificada. Segundo CAMENA D'ALMEIDA (1916: 519), os cereais eram as plantas mais preciosas de todas aquelas cultivadas pelo homem e, entre elas, o trigo era considerado com maior valor nutritivo. Em 1901, enquanto o Reino Unido produzia 19 milhões de hectolitros de trigo, a Argentina já produzia 26 milhões. Em 1909, a produção do Reino Unido aumentou para 23 milhões de hectolitros, ao tempo em que a produção argentina cresceu para 56 milhões (BRUNHES, 1934: 316). Assim, a nação argentina era considerada, juntamente com a Rússia, os Estados Unidos e a Índia, como um dos maiores produtores de grãos do mundo (BOWMAN, 1928: 48).

Por outra parte, o consumo de carne, leite, manteiga e queijo aumentava em todos os países e, notadamente, nas cidades. A produção argentina era competitiva porque, de um lado, as grandes superfícies possibilitavam a criação de um número crescente de cabeças de gado e, de outro lado, a baixa demanda alimentícia interna não chegava a ser uma preocupação na economia nacional.

Além disso, a incorporação das técnicas de refrigeração em navios permitiu a exportação de carne congelada para a Europa e, consequentemente, a expansão da produção. Em 1877 chegou à Inglaterra o primeiro navio transportando carnes argentinas (BARRACLOUGH, 1983: 49). Dessa maneira, a inserção do país no mercado mundial foi rápida: em 1874, eram os Estados Unidos que forneciam mais da metade do consumo total de carne da Grã-Bretanha, enquanto em 1901 a carne argentina já representava 60% das importações inglesas deste alimento (BARRACLOUGH, 1983: 49; BOWMAN, 1928: 51-52).

A introdução da Argentina no mercado mundial de lãs é também significativa. Na década de 1800 a 1810, a Espanha era o principal fornecedor de lãs merino da Inglaterra, representando 89% das importações dessa potência; porém em 1830, a Espanha é substituída no seu papel de abastecedora principal do mercado inglês pela Alemanha (83% das lãs importadas pela Inglaterra eram alemãs e 6% da Espanha). Alguns anos depois, em 1861, apenas 20% das importações britânicas procediam da Alemanha, ao passo que cerca de 80% das lãs tinham origem na Austrália e na região do Prata (Argentina e Uruguai) (CAMENA D'ALMEIDA, 1916: 552-554).

Essa expansão da demanda de alimentos e lã, no mercado mundial, fez com que, no interior da formação sócio-espacial nacional argentina, fosse necessária uma mudança no esquema de uso das terras para a criação de gado. Nesses anos, a fronteira austral da Argentina era o Sul da Província de Buenos Aires...

I. BOWMAN (1928: 21), um dos fundadores dos estudos de frentes pioneiras, podia escrever: «...A Patagônia tem sido longamente conhecida como uma das regiões remotas do mundo, e até há poucos anos ela foi praticamente uma terra desconhecida. Nos mapas das mais antigas geografias ela era chamada 'terra de ninguém'».

Foram as necessidades e os propósitos da divisão internacional do trabalho que exigiram a transformação dessa «terra de ninguém» numa parte ativa do espaço nacional de produção. A incorporação da Patagônia apresentava duas vantagens. Por uma parte, pela sua extensão e clima, ela oferecia grandes potencialidades para a criação de merinos e, por outra parte, as férteis pampas bonaerenses podiam ser agora destinadas exclusivamente à expansão da agricultura e à criação de gado para exportação de carnes congeladas.

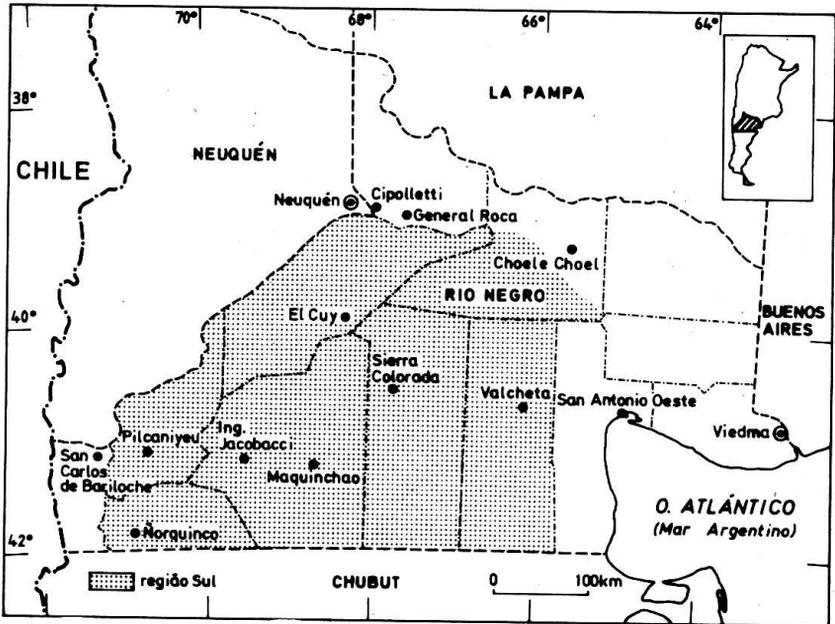


Figura 1 – Localização da Região Sul (Província de Rio Negro, Argentina).

Com efeito, os campos nordpatagônicos ofereciam melhores condições para a criação dos merinos do que os campos baixos e húmidos da Província de Buenos Aires, sendo estes aptos para o gado *vacum* e ovino Lincoln. (GOICOECHEA et al., 1993).

Perante essas necessidades, a partir de 1880 foi o próprio governo nacional que, internalizando uma organização e um tempo externos, através de ações militares e da construção de infra-estruturas, possibilitou o deslocamento da criação de ovinos para a Patagônia.

Os tempos da própria formação sócio-espacial nacional ainda não impeliam a um avanço da fronteira austral. A Argentina era um país com escassa densidade populacional e abundante produção de alimentos. BOWMAN (1928: 35) identifica o país como um grande território contendo poucos habitantes. Esse autor ilustra: «*para cada habitante argentino corresponderiam 100 acres, enquanto 23 para cada americano, 4 para um habitante francês e 1 acre para cada inglês*».

Se em palavras de MAX SORRE (1950: 613) a paisagem natural é substituída por uma paisagem humanizada, no caso presente esta paisagem humanizada é o produto de uma organização capitalista de criação de gado para exportação. A região nasceu com uma organização aperfeiçoada de criação de gado sem percorrer a etapa das formas imperfeitas, tal como foi o caso da Província de Buenos Aires que atravessou uma fase de caça de gado chimarrão. Assim, a ocupação da Patagônia demandou formas materiais próprias da modernidade europeia de então tais como estradas de ferro, telégrafo, subdivisão de campos, assim como a presença de formas jurídicas do Estado Nacional que assegurassem a permanência dessa organização.

Duas ferrovias se constroem na Nordpatagônia: a primeira, mais setentrional, realizada com capitais britânicos, originou uma zona de cultivo, e a ferrovia mais austral, feita mais tarde com capitais do Tesouro, que percorre a Região Sul, possibilitou o transporte mais rápido do gado para os portos. A chegada do trem significou a motorização da região e, portanto, uma verdadeira revolução que assegurou a sua vocação exportadora. Uma nova camada técnico-geográfica – no período mundial da industrialização – se superpõe a um arranjo territorial baseado somente na energia animal.

Dessa maneira, o vale do rio Negro – Norte da Região Sul –, destinado, originariamente, também à criação de gado, foi transformado, no início do século, em uma zona de agricultura intensiva. A chegada da

estrada de ferro e a construção de um sistema de irrigação – a partir de técnicas já desenvolvidas em outros lugares – tornaram rapidamente os campos de pastagem em um oásis de produção de maçãs e peras para exportação. O aperfeiçoamento dos transportes marítimos e uma crescente demanda de frutas no mercado mundial contribuíram igualmente para reafirmar a hierarquia do vale em relação à Região Sul.

O governo nacional – em mãos da denominada geração de 1880 – buscava modernizar o território para assegurar a saída das exportações. Para isso, os sistemas de engenharia eram criados pelo próprio Estado ou a sua construção era encomendada aos capitais britânicos com amplas concessões. O capital inglês aumentava sua influência política e econômica pelos seus investimentos em estradas de ferro, imóveis ou terras. A afluência dos capitais britânicos foi certamente muito significativa: os investimentos por ações em firmas ascenderam de 25 milhões de libras esterlinas em 1880 para 45 milhões em 1885. Para citar apenas alguns investimentos ingleses, mencionamos as fazendas Sierra Colorada e Huanuluan (esta fazenda de 240.000 hectares pertence, ainda hoje, à sociedade inglesa Compañía de Tierras de Río Negro) na Região Sul, e os frigoríficos The River Plate Fresh Meat e Las Palmas no porto de Buenos Aires.

A partir de 1902 consolidou-se o perfil agrário de exportação assim como o deslocamento dos ovinos para o Sul. Por volta de 1908 a quantidade de gado na Patagônia era de 4.725.000 cabeças, ultrapassando em 50% a média histórica. Contudo, várias crises conjunturais no mercado impactaram na região. E a produção argentina de lã conhece um processo decadente nas primeiras décadas do atual século, tal como pode se observar neste quadro:

Quadro 1 – Existências de gado 1900-1930 (em milhões de cabeças).

Países	1900	1910	1930
Uruguai	18,5	18	20,5
ARGENTINA	74	67	44,4
Austrália e Tasmânia	92	84	106,3
Nova Zelândia	—	—	30,8

Fonte: Elaboração própria com base em dados de BRUNHES, 1934: 387.

A incorporação da Nova Zelândia no mercado de lãs, a crescente importância da Austrália, junto a uma queda na procura de lã entre 1900 e 1930 pelo aumento da demanda mundial do algodão e fibras celulósicas, confluem para a decadência da produção argentina.

REGIONALIZAÇÃO DE CONTEÚDO INDUSTRIAL: UMA MODERNIZAÇÃO AUSENTE

A partir da década de 1940 se produzem algumas mudanças nos sistemas de ações, público e de mercado. Os capitais particulares nacionais dirigem-se para a agricultura, o comércio, os produtos agropecuários e a construção de luxo, enquanto os capitais estatais orientam-se para as obras de infra-estrutura económica e social. Assim, o Estado começou a investir em educação, saúde, obras urbanas e portos. Em face dessas transformações, o Norte da Patagónia é atingido por algumas dessas políticas públicas, visando estabelecer um estado do bem-estar: escolas, hospitais, etc.. Mas, os investimentos produtivos do capital privado, embora eles estivessem orientados à atividade agropecuária e à indústria derivada, não chegam à Patagónia.

Segundo B. KAYSER (1967: 194) os centros industriais, multiplicadores de fluxos e estimuladores do crescimento e do estabelecimento de equipamentos públicos, são responsáveis pela estruturação regional. Assim, as indústrias, e não a comercialização, são os efetivos vetores do processo de regionalização.

Não é possível chegar à criação de relações horizontais, reanimadoras da embrionária rede urbana local, através de «*uma comercialização que escapa em grande parte das cidades*» (KAYSER, 1967: 194). Na Região Sul, os oito exportadores mais importantes adquirem e transportam diretamente para Buenos Aires 97% da produção. Além disso, 48% das operações comerciais são realizadas no campo, prescindindo das pequenas cidades e, por isso, escapando do controle urbano local. Contudo, existem alguns pequenos escritórios das firmas exportadoras nas cidades principais – Los Menucos, Maquinchao, Ingeniero Jacobacci, Valcheta – para comprar o resto da produção que será enviada a Buenos Aires para sua industrialização e exportação. Os volumes comercializados pelas firmas exportadoras são de aproximadamente 500.000 quilogramas de lã. Por outra parte, os agentes compradores médios e pequenos são apenas intermediários entre os produ-

tores e as grandes firmas, operando nos lugares mais isolados e atrasados. Os agentes médios reúnem entre 30.000 e 80.000 quilogramas e os pequenos agentes comercializam um volume que oscila entre 10.000 e 30.000 quilogramas de lã.

A exportação de lã sem transformação através de um sistema de comercialização hostil a um controle urbano local não permitiu uma modernização do subespaço. Essa região permaneceu numa letargia sempre alimentada pela drenagem da produção para os portos, tanto os de Buenos Aires e Bahía Blanca, quanto os novos portos instalados nas províncias patagônicas de Chubut e Santa Cruz. É essa situação que resulta em obstáculo à possibilidade de industrialização local, tantas vezes anunciada nos níveis do Estado Provincial e Municipal, a partir de projetos de instalação de usinas para lavar a lã na região. Essa situação dura até anos recentes.

OS CONTEÚDOS TÉCNICO-CIENTÍFICOS DA ATUAL REGIONALIZAÇÃO: LUGARES MODERNIZADOS E LUGARES LETÁRGICOS.

AS GRANDES FAZENDAS: ILHAS DE MODERNIZAÇÃO EM UMA GEOGRAFIA LETÁRGICA

Um processo de modernização seletiva atinge – a partir da década de 1980 – as grandes fazendas, fortalecendo notadamente as verticalidades, isto é, as relações com lugares longínquos. De um lado, a cientificação e tecnificação do trabalho nas fazendas cria ilhas de modernização, progressivamente mais aptas para acolher inovações e capitais. De outro lado, um espaço letárgico, caracterizado pelo peso do passado e pela falta de capitais, nos objetos e nas organizações, torna árdua a inserção dos pequenos e médios criadores no mercado mundial.

Essa modernização significa tanto a incorporação de inovações genéticas e o uso de pacotes tecnológicos mundiais (inseminação artificial, tosquia pré-parto, incorporação de animais de alta produtividade, pastos de alto rendimento, máquinas tosquiadoras fixas, etc.), quanto a contratação de uma mão-de-obra altamente qualificada (engenheiros agrônomos, veterinários, administradores, etc.).

Todavia, a chegada dos vetores modernizadores às fazendas resultou relativamente demorada por causa, entre outros fatores, da introdução maciça, entre 1960 e 1975, das fibras artificiais no mercado mundial de tecidos. Mas, a revalorização, nos padrões mundiais de consu-

mo, das fibras naturais, tais como a lã e o algodão, levou consigo a exigência da especialização das produções e, em consequência, do aumento da qualidade. Daí a necessidade da modernização nas fazendas da Patagônia.

Contudo, os novos conteúdos técnicos e organizacionais do espaço se confinam apenas à produção primária, deixando de lado mais uma vez a possibilidade de industrialização. Assim, a lã fina do merino (20 a 23 micrometros) continua a ser transportada para Buenos Aires e Trelew (Província de Chubut) sem nenhum tipo de transformação industrial. O aperfeiçoamento da qualidade da lã, baseado na modernização tecnológica, constitui uma exigência para a reinserção da produção local no mercado mundial, porém não significa uma mudança no tecido de redes de circulação e industrialização.

Nos dias atuais, a Província de Rio Negro – fundamentalmente a Região Sul – contribui com 18% da produção patagônica de lã e com 9% da produção nacional de lã. Mas, essa produção regional que, nos inícios da história territorial, era orientada exclusivamente à Inglaterra, hoje é destinada a um mercado mais amplo. Assim, os principais compradores da lã patagônica sem lavar e sem elaboração são os países europeus ocidentais, o Japão, a Rússia e a China, enquanto os compradores de lã em *tops* (primeira transformação industrial) são, além da Europa Ocidental, da China e do Japão, o Irão, os Estados Unidos e a Coreia do Sul.

Em face dessas redes do comércio mundial nas quais participam os agentes hegemônicos da Região Sul, os pequenos e médios criadores apenas conseguem vender sua safra a agentes intermediários. Assim, desenha-se uma rede doméstica de comércio, isto é, uma rede hegemônica, na qual a condição de permanência é o aumento da quantidade do gado sem possibilidade de modernização. Por isso, a luta pela permanência, visando atingir uma mínima rentabilidade, gera um círculo vicioso em detrimento do solo e da vegetação por causa da sobrecarga animal dos campos. A inércia de uma lógica pretérita não pode reanimar as formas geográficas envelhecidas e, assim, essa lógica torna-se a organização própria das redes hegemônicas do comércio. Veja-se que não são apenas os objetos que permanecem, mas também as organizações, revelando que, como em outras situações, mas em outros períodos, «*todas as espécies de coisas perduram de um para outro período...*» (BARRACLOUGH, 1983: 15).

No seguinte quadro expomos os dois circuitos resultantes das lógicas de produção e circulação dos agentes hegemónicos e dos agentes não hegemónicos. As redes de relações próprias de cada circuito revelam, entre outros aspectos, as condições de modernização dos sistemas de objetos e dos sistemas de ações e, por conseguinte, a oposição horizontal entre ambos sistemas.

Quadro 1 – Circuitos das lógicas de produção e circulação dos agentes hegemónicos e dos agentes não hegemónicos.

Lógicas de Produção e Circulação	Agentes não hegemónicos (criadores pequenos e médios)	Agentes hegemónicos (fazendas)
Quantidade de cabeças	Até 1000	1000 a 3000
Tipo de propriedade	Pública / Pequena propriedade particular	Propriedade particular Grandes firmas estrangeiras (Inglaterra)
Produtividade	Baixa	Alta
Mão-de-obra	Membros da família como mão-de-obra estacional nos campos maiores. Os criadores médios podem contratar mão-de-obra estacional.	Especializada e qualificada (agrónomos, técnicos, veterinários, administradores).
Técnicas e Organização da produção	Tosquia completamente manual ou parcialmente mecanizada. Sem registos meteorológicos ou com registos meteorológicos públicos incompletos. Os criadores médios subdividem os campos.	Máquinas tosquiadoras fixas, depósitos. Estações meteorológicas próprias, séries contínuas de registos. Subdivisão de campos com programação antecipada da produção, seguimento das etapas. Uso de pacotes tecnológicos mundiais: inseminação artificial, tosquia pré-parto, espécies de alta produtividade.

Comercialização	Venda da produção aos compradores intermediários. Operação comercial no campo. Troca da produção por bens de consumo básico ou pagamento parcelado em dinheiro.	A mesma firma é produtora e exportadora. Possibilidade de estocar a safra (segundo as condições do mercado). Exigem do Estado isenções impositivas às exportações do setor. Créditos.
Acesso à informação	Desconhecimento das condições do mercado. Informação mediata pelos compradores. Escassa ou nula informação sobre novas técnicas e formas produtivas.	Participação em redes de informação sobre condições de mercado. Vinculação a organismos e instituições públicas (INTA, Universidades, Governo Nacional e Provincial) e privados (Consultoras, Sociedades Rurais).

Todavia, essas lógicas cruzam as cidades, se entrelaçam verticalmente e produzem um arranjo territorial que podemos descrever, no quadro seguinte, a partir de conjuntos de vinculações horizontais e verticais:

Quadro 2 – Vinculações horizontais e verticais das lógicas de produção e circulação.

Vinculações HORIZONTAIS	Lugarejos sem comunicação entre si. Redes domésticas de comunicação escassas e deterioradas. Algumas vinculações com cidades maiores da região (escolas, hospitais, comércios). Incipiente processo de formação de cooperativas.	Escassa vinculação com a população e os comércios e serviços locais.
----------------------------	---	--

Vinculações VERTICAIS	Emigração da população jovem. Chegada de padrões mundiais de consumo.	Circulação e comunicação acelerada. Vinculações com cidades da província: Viedma (Governo e Administração), Bariloche, G. Roca, Cipolletti (comércio, insumos, informação técnica). Vinculações nacionais e mundiais (mercado, técnicas).
--------------------------	--	---

A REDE URBANA LOCAL: DO ESTADO EMBRIONÁRIO À LETARGIA ATUAL

Os pequenos centros surgidos no momento da construção da estrada de ferro na década de 1910 adquiriram rapidamente maior hierarquia em relação aos lugarejos mais antigos do próprio planalto. Essa rehierarquização tem se baseado na instalação de instâncias da administração pública, na nova condição de estação do trem e, em particular, na função de concentração de uma pequena parcela das produções locais a ser transportada para os portos. Assim, uma embrionária rede urbana local, sem acolher um desenvolvimento industrial e sem albergar as decisões da comercialização, desenha-se sobre o território nascido e estruturado por uma vocação exportadora. Esse sistema de centros não consegue organizar a região porque o controle sobretudo político da produção e, crescentemente, o controle técnico foi realizado fora do subespaço. A ausência desse controle local da produção junto à falta de um processo de industrialização não permitiram a estruturação regional. Os progressos dos transportes e comunicações beneficiaram outros pólos e confluíram para diminuir o comando local da parcela técnica da produção.

Hoje, o processo de revalorização da produção local das fazendas no mercado mundial exige a incorporação de técnicas e organizações procedentes dos centros urbanos de maior hierarquia da província (Bariloche, General Roca, Viedma) e, notadamente, das principais cidades do país e do mundo. Por isso, impõe-se a modernização dos suportes públicos e privados da circulação capazes de assegurar a chegada dos insumos e informações e a saída das produções. Em face dessa situação, a rede urbana local perde crescentemente as suas escas-

sas funções de estruturadora do território e, por conseguinte, muda sua hierarquia em relação à rede urbana provincial. Ela não é apta a providenciar nem os modernos instrumentos de trabalho, ideias, mensagens e informações técnico-científicas, nem pode responder às novas demandas de consumo globalizado. Por isso, a rede urbana local continua mergulhada numa letargia sem ter ultrapassado seu estado embrionário. As pequenas cidades locais, alheias à modernização, apenas abrigam uma escassa vida de relações própria dos agentes não hegemônicos da criação de gado (40% da PEA está ocupada diretamente na criação de gado).

Com efeito, o sistema de centros permanece com características semelhantes às de sua origem. Em 1985, a população total do subespaço era de 31.629 habitantes – com uma densidade de 0,3 hab/Km² – o que corresponde apenas a 7,44% do total da população provincial. Em face dessa situação demográfica torna-se significativa a afirmação de LE LANNOU (1949: 107-108): «*a escassa potência numérica diminui a eficácia da ação do grupo sobre o território*»; porém, parece-nos, é indispensável vincular esses dados demográficos às condições técnicas presentes hoje nesse subespaço. Na conformação do embrionário sistema de centros reconheceríamos dois níveis: por uma parte, as pequenas cidades (500-4653 habitantes), localizadas ao longo da estrada de ferro, reunindo 41% da população da região e, por outra parte, os pequenos centros e lugarejos – «*parajes*» – (150-350 habitantes), distribuídos nos vales e no planalto, sendo alguns deles antigos núcleos indígenas anteriores à ferrovia, que concentram 27% da população. Por último, os restantes 32% dos habitantes estão dispersos.

Uma das manifestações dessa letargia é a falta de infra-estrutura básica e, portanto, a baixa qualidade de vida da população: falta de água, energia elétrica, iluminação das ruas, esgotos, redes de gás, estradas, habitações e depósitos para armazenagem no campo. Assim sendo, os indicadores econômicos da região são preocupantes: entre 55% e 70% dos habitantes não têm satisfeitas suas necessidades básicas, as taxas de mortalidade infantil duplicam o promédio provincial, o analfabetismo varia entre 24% e 45% e o promédio de doenças da pobreza (tuberculose, hidatidose, venéreas, parasitose) é bastante alto. Nesse contexto, os jovens emigram do campo para as pequenas cidades da região (Ing. Jacobacci, Maquinchao, Valcheta, Los Menucos) procurando emprego, mas apenas arrumam um trabalho temporário. Con-

tudo, o fluxo mais importante de emigração de população jovem se endereça às cidades maiores da província, onde há melhores possibilidades de trabalho e de consumo.

As atuais condições de vida na cidade e no campo não atingidos pela modernização deixa ver que o sistema público de ações não orienta suas preocupações para os lugares escuros do território nacional. Isso acontece nos três níveis do poder territorial: o Estado Nacional continua a facilitar a inserção rentável das ilhas de modernização produtiva na divisão territorial do trabalho através, por exemplo, da diminuição de impostos ou das isenções impositivas às exportações; ao tempo, o Estado Provincial procura modernizar o porto, as estradas e vias de drenagem da produção, ou resolver problemas de terras públicas, da educação ou da saúde, mas sem criar formas materiais de relevância; por último, o Estado Municipal carece de poder e de recursos suficientes. Em uma palavra, nenhum dos níveis do Estado conseguiu impor um sistema de ações e, portanto, um poder compensador para criar melhores condições para o desenvolvimento das atividades dessa sociedade e economia locais.

A INFORMAÇÃO DESFAZ ANTIGAS SOLIDARIEDADES E CRIA NOVAS RELAÇÕES.

Hoje, a informação é um dado bidirecional fundamental na refuncionalização da região no mercado mundial porque, de um lado, possibilita a incorporação de inovações técnicas e organizacionais de produção e mercado e, de outro lado, permite conhecer a aptidão produtiva da área no inventário mundial da produção. Dessa maneira, as redes imateriais que se espalham pelo território contribuem para criar essas ilhas de modernização – as fazendas – através da chegada de conteúdos de trabalho intelectualizado que antecedem a produção, ao passo que atualizam o "*status*" dos lugares na hierarquia produtiva mundial. O resultado é uma aceleração da circulação dos insumos, das idéias, das mensagens que, a partir das cidades mais hierarquizadas do território, organizam a produção do campo, escapando do comando urbano local. Assim, os novos fluxos de informação desfazem antigas solidariedades cidade-campo locais, embora muito débeis, para criar uma solidariedade vertical através das redes hegemónicas.

A informação chega fortalecendo as verticalidades porque se difunde pelo território graças às redes hegemônicas e domésticas, configurando uma camada de tempos externos sobre o cotidiano regional. Todavia, poderíamos reconhecer dois tipos de informação: uma seria banal e a outra é, em palavras de M. Santos, segredo e poder. A informação banal permeia o território, tanto a partir das redes hegemônicas quanto das redes domésticas construídas, com frequência, para permitir uma melhoria nas condições de vida da população local (caminhos locais, redes de rádio e televisão, etc.). Qual essa informação banal? Trata-se de conhecimentos, notícias, dados próprios de um padrão global de consumo que se derramam e generalizam sobre essa geografia letárgica, sob o comando do marketing das grandes firmas. Um tempo externo chega como uma chamada ao consumo que faz com que cada lugarejo se torne um evento concreto do consumo global, mudando os designios e os ritmos da população. Assim, essa informação destrói as solidariedades prévias, as quais desenhavam um cotidiano local, uma relação horizontal. A instantaneidade desses fluxos desorganiza a vida local de relações, despertando uma vocação de consumo que verticaliza o cotidiano. Mas, a falta de respostas, no próprio lugar, às novas aspirações, resulta mais em expulsar a população para outros centros e menos em exigir a chegada dos novos produtos e serviços. O resultado sempre parece ser, como expressa CONNELL (1989: 398), uma aceleração do movimento e uma ampliação da escolha do quadro de vida.

Uma pseudo-modernização, aquela do consumo, chega aos lugares letárgicos através das redes domésticas e hegemônicas da mídia: as emissoras de rádio de Bariloche, General Roca, Viedma e Jacobacci alcançam os lugarejos; ao tempo em que alguns canais de televisão provinciais e nacionais, e mesmo a televisão por cabo – trazendo canais de diferentes países – atingem as cidades maiores.

A força da inércia dos lugares atrasados torna-os um meio repulsivo à modernização produtiva, entre outros fatores, por causa da impossibilidade de acesso à informação segredo. Assim sendo, um chamado ao consumo invade os lugares desorganizando sua solidariedade prévia e fazendo com que, como explica MILTON SANTOS (1994), a transnacionalização do território se reafirme pelo lugar.

Entretanto, a modernização real, aquela das mudanças nas técnicas e na organização da produção, instala-se nos lugares via a informação segredo. Esses conhecimentos permanecem restritos às organizações

das fazendas graças a sua circulação pelas redes hegemônicas, isto é, aquelas vias particulares de circulação dos serviços das consultoras e de outras instituições públicas e privadas de Bariloche, Neuquén, Bahía Blanca, Buenos Aires e do exterior. O acesso à informação segredo se traduz num aumento da produtividade e, por conseguinte, da renda. Essa informação possibilita densificar o conteúdo técnico-científico dos lugares modernizados e amplia, desse modo, o alcance das solidariedades verticais.

A NOVA REGIÃO DAS VERTICALIDADES?

A presença maciça de formas e ações fossilizadas, parece-nos, configura apenas uma parcela do mosaico que contém também objetos e organizações modernizados. Nesse mosaico regional convergem, em palavras de ISNARD (1982: 81), os «*testemunhos de uma outra época*» com as formas «*resultantes de um insolente modernismo*».

Mas, essa fragmentação entre o espaço banal tornado letárgico e o espaço modernizado das redes nos autorizaria a falar na inexistência de uma região? Cremos que essa fragmentação é aparente já que a nova região se constrói afirmando sua função produtiva a partir das ilhas de modernização, e das redes que asseguram sua inserção na divisão territorial do trabalho. Essa fragmentação regional seria apenas um momento da evolução da tensão entre o local e o global. O retrato dessa tensão é uma estrutura regional, constituída, de um lado, por lugares modernizados e vinculados às redes mundiais da divisão territorial do trabalho e, de outro lado, por um espaço (banal) letárgico e fossilizado. Esse espaço banal, testemunha de tempos pretéritos nos quais abrigava uma maior densidade da divisão territorial do trabalho, aparece hoje, às vezes resistindo, às vezes desfazendo-se, subordinado ao movimento dos lugares modernizados.

Nos dias atuais, surge uma nova organização regional, menos baseada nas solidariedades horizontais e mais estruturada nas verticalidades. Como explica M. SANTOS (1994: 16), «*as horizontalidades serão os domínios da contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as novas formas e processos sociais*».

A virtual regionalização de conteúdo industrial, acompanhada pela ação de um Estado do bem-estar, foi muitas vezes projetada e declarada, porém nunca tem sido concretizada. Hoje, uma modernização regional – expandindo-se por "manchas de óleo" – se instala como resultado da globalização, da transnacionalização da técnica e da organização através de redes hegemônicas. Trata-se de um tipo de modernização – apresentado como o único possível – que dá o conteúdo à nova regionalização.

Esta crescente diferenciação de lugares produzida pela modernização que chega ao campo ignorando a rede urbana local, constituiria a manifestação da emergência, ali mesmo, de uma nova região. Estaríamos, hoje, perante um processo reticular de regionalização que traz a modernização extravertida e acelera também a circulação extravertida, sobreposto a um mosaico letárgico de campos e cidades que são o domínio dos agentes não hegemônicos.

Em outros termos, tratar-se-ia de uma região desenhada sob o comando das solidariedades verticais, que refuncionaliza os lugares a partir dos centros de poder mundial.

BIBLIOGRAFIA.

- ANGLADE, F. (1988) – L'attraction démographique des centres urbains au Congo. *Cahiers d'Outre-Mer*, 41 (161).
- BARRACLOUGH, G. (1983) – *Introdução à História Contemporânea*. Zahar, Rio de Janeiro, 5 ed. (título original: *An Introduction to Contemporary History*. C.A. Watts & Co., Londres, 1964).
- BOWMAN, I. (1928) – *South America. A Geography Reader*. Rand Mc.Nally, Chicago-N.York, 2 ed.
- BRUNHES, J. (1934) – *La Géographie Humaine*. F.Alcan, Paris, 1934, 4 ed.
- CAMENA D'ALMEIDA, P. (1916) – *La Terre. Géographie Générale*. A.Colin, Paris, 6 ed.
- CHALDE, A. (1984) – *Introducción a la problemática de la 'Línea Sur'*. Fundación Bariloche, Bariloche.
- CONNELL, J. (1989) – Migrations, urbanisation et santé dans le Pacifique Sud. *Cahiers d'Outre-Mer*, 42 (168).
- DE JONG, A. et al. (1989) – Petits périmètres irrigués, une alternative ou complément aux rizières submersibles? *Cahiers d'Outre-Mer*, 42 (167).
- GOICOECHEA, A. et al. (1993) – Norte da Patagônia: um espaço fragmentado. in SCARLATO, F.C. et al. – *Globalização e Espaço Latinoamericano*, Hucitec-ANPUR, São Paulo.

- ISNARD, H. (1982) – *O espaço geográfico*. Almedina, Coimbra (título original: *L'espace géographique*, P.U.F., Paris, 1978).
- Jornal "Río Negro", General Roca, 1992-1993.
- KAYSER, B. (1967) – Réflexions sur le rôle et la place du commerce dans l'élaboration des structures régionales. *Revista Geográfica*, 66.
- LE LANNOU, M. (1949) – *La Géographie Humaine*. Flammarion, Paris.
- SANTOS, M. (1993) – Les Espaces de la Globalisation. *Analyse du Système monde et de l'économie mondiale*. GEMDEV, Paris.
- SANTOS, M. (1991) – Meio Técnico-Científico e Urbanização: Tendências e Perspectivas. *Revista Resgate*, 3, São Paulo.
- SANTOS, M. (1994) – O Retorno do Território. in SANTOS, M. et al. – *Território. Globalização e Fragmentação*. Hucitec-ANPUR, São Paulo.
- SILVEIRA, M. L. (1992) – A questão da materialidade letárgica e o papel do Estado em um subespaço do planalto patagónico (Argentina). *IX Encontro Nacional da AGB*, Presidente Prudente.
- SORRE, M. (1950) – *Les Fondements de la Géographie Humaine*. Tome II. Les Fondements Techniques. A. Colin, Paris.
- VAPNARSKY, C. (1983) – *Pueblos del Norte de la Patagônia 1779-1957*. Editorial de la Patagônia, General Roca.
- WILLIS, B. (1988) – *El Norte de la Patagônia*. Eudeba, Bs.As..

Resumo

OS NOVOS CONTEÚDOS DA REGIONALIZAÇÃO: LUGARES MODERNIZADOS E LUGARES LETÁRGICOS NO PLANALTO NORDPATAGÓNICO ARGENTINO

A Região Sul, subespaço do planalto nordpatagónico (Rio Negro, Argentina) é uma vasta área de criação extensiva de gado ovino. Esta região foi ocupada no final do século passado em uma tentativa de ampliar o mapa da produção argentina de carne, cereais e lã.

A partir da década de 1940, a industrialização começa a reestruturar várias regiões do país, porém o planalto nordpatagónico continua exportando a lã sem nenhum tipo de transformação industrial.

Todavia, uma modernização seletiva atinge – a partir da década de 1980 – as grandes fazendas, fortalecendo notadamente as verticalidades, isto é, as relações com lugares longínquos. Essa modernização significa tanto a incorporação de inovações genéticas e o uso de pacotes tecnológicos mundiais, quanto a contratação de uma mão-de-obra altamente qualificada. Os fluxos de informação que trazem essas inovações procedem dos centros mundiais e nacionais de decisão e pesquisa e também de alguns centros provinciais tecnicamente especializados. Estes fluxos permanecem restritos às grandes

propriedades, reafirmam as verticalidades e, por conseguinte, a inserção da região na divisão territorial do trabalho. Por outra parte, os lugares letárgicos – pontos não atingidos pela modernização científico-técnica – recebem informações sobre novos padrões globalizados de consumo, os quais aceleram o processo de expulsão da população para centros urbanos maiores da província. Estaríamos, hoje, perante uma região de redes imposta sobre um mosaico letárgico de campos e cidades dos agentes não hegemónicos.

Palavras-chave: Divisão Internacional do Trabalho, Reorganização Regional, Modernização selectiva, Patagónia.

Abstract

MODERN AND LETHARGIC PLACES IN THE NORTH-PATAGONIC PLATEAU

The southern region, an area of the northpatagonic plateau (Rio Negro, Argentina) is a vast sheep breeding region. Sheep breeding and agriculture were introduced at the end of the last century in an attempt to enlarge the production of argentinean beef, cereals and wool.

Since the 1940s the industrialization process has been changing many areas of the country, but the northpatagonic region continued to export basic wool (without any kind of industrial transformation).

However, since the 1980s selective modernization has begun to reach the large isolated farms, helping to improve ties with distant places. This modernization has resulted in new modern breeding techniques and in the use of skilled labour. This modernization programme of change has come from both international and national centres of decision and research, and also from a few technically specialised provincial centres.

The modernization process has been confined to the larger farms and has improved "vertical" relations, which have led to skilled labour moving into the region.

On the other hand, the lethargic places are not reached by the technical and scientific modernization, although information about the new consumer's patterns is received; as a result there is an increase of the population exodus to the larger modern urban centres of the province. Nowadays, the region comprises a network of modern progressive centres, as well as a mosaic of lethargic towns and rural areas.

Key-words: International Division of Labour, Regional reorganization, Selective modernization, Patagónia.